



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Em 2009, o Governo criou o "Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios", composto pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), Instituto de Habitação (IH), Serviços de Saúde (SS), entre outros, com o objectivo de apoiar os residentes a resolver os problemas de infiltração de água. Mas a prática ao longo destes anos demonstra que alguns casos estão por resolver há já muito tempo, e as autoridades afirmam que tal se deve ao facto de existirem limitações ao nível da lei e das competências administrativas, sobretudo em relação aos casos em que os residentes se recusam a colaborar, pois não podem entrar nos apartamentos para efeitos de inspecção. Mesmo depois de concluída a inspecção e de ficarem bem claras as responsabilidades, se a pessoa não colaborar nem proceder às reparações necessárias, não há forma legal de a punir, e o lesado só pode intentar acção junto do tribunal.

Como a inspecção às infiltrações exige que se entre nos apartamentos de diversos proprietários, se alguém não colaborar ou estiver incontactável, a inspecção é suspensa por não poder ser efectuada, e todo o processo de queixa também fica suspenso, situação que demonstra que as competências de investigação do referido centro são insuficientes. Aliás, mesmo que consiga efectuar uma inspecção plena e apurar responsabilidades, os avisos de reparação emitidos pelas autoridades não têm quaisquer força vinculativa, e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

caso a pessoa não ligue aos avisos, não é punida. A única utilidade do relatório de inspecção é apenas permitir aos moradores lesados recuperar os danos causados através de procedimento civil. Mas esta forma de tratamento leva os moradores afectados a gastar tempo e dinheiro com o processo judicial, portanto, não é uma solução eficaz para tratar pela raiz o problema das infiltrações de água.

Segundo as afirmações do Presidente do Conselho de Administração do IACM, em 1 de Agosto de 2012 na resposta a uma interpelação de um Deputado<sup>1</sup>, admite-se a referida insuficiência: *"mas, em alguns casos, os cidadãos recusam-se a cooperar, ou não se consegue contactar os responsáveis, por isso, não é possível entrar nos apartamentos para efectuar testes às infiltrações", "se existe disputa entre os cidadãos e não se consegue chegar a acordo, o centro pode proporcionar o relatório dos testes efectuados e ajudar o interessado a recorrer ao tribunal, para proteger os seus direitos"*. No dia 5 de Agosto de 2013, em resposta a uma interpelação escrita, o Presidente do IH também afirmou o mesmo<sup>2</sup>, indicando que até 30 de Junho de 2013, ainda estavam por resolver 914 casos. Isto demonstra que numa situação económica tão florescente como a de Macau, existem, no mínimo, 914 famílias que, devido às insuficiências da legislação, estão obrigadas a sofrer permanentemente com este problema das infiltrações de água.

Tomando por referência as formas eficazes de tratamento desta situação nas regiões vizinhas, podemos ver o exemplo de Hong Kong, em que o

<sup>1</sup> [http://www.al.gov.mo/interpelacao/04/2012/12-0751p\\_12-0585.pdf](http://www.al.gov.mo/interpelacao/04/2012/12-0751p_12-0585.pdf)

<sup>2</sup> [http://www.al.gov.mo/interpelacao/04/2013/13-0740p\\_13-0583.pdf](http://www.al.gov.mo/interpelacao/04/2013/13-0740p_13-0583.pdf)



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

combate às situações de infiltração de água é relativamente avançado e produz efeitos dissuasores. Segundo o artigo 12.º do capítulo 132 da *PUBLIC HEALTH AND MUNICIPAL SERVICES ORDINANCE* de Hong Kong<sup>3</sup>, o Governo de Hong Kong tem competências para tratar das queixas relacionadas com a infiltração de água, ruído, cheiros, etc., dentro dos apartamentos; o artigo 126.º do capítulo 132 define que no caso de os proprietários ou moradores recusarem colaborar, os funcionários do Governo podem requerer um mandato junto do tribunal para poderem entrar nos apartamentos para efeitos de investigação; e de acordo com o artigo 127.º do capítulo 132<sup>4</sup>, tabela 9 do capítulo 132 e com o artigo 8.º do capítulo 221 da *CRIMINAL PROCEDURE ORDINANCE LEVEL OF FINES FOR OFFENCES*<sup>5</sup>, depois de confirmada a fonte da infiltração, o Governo pode exigir aos indivíduos em causa que, num determinado prazo, reduzam ou acabem com as perturbações, sob pena de serem punidos com multa entre 10.000 e 25.000 dólares de HK, ao que acrescem multas de 200 a 450 dólares de HK por cada dia de atraso.

As diversas medidas adoptadas na nossa região vizinha podem servir-nos de referência. Os habitantes de Macau que sofrem com as infiltrações de água habitam num ambiente com problemas de higiene, com o seu descanso afectado e com os seus bens a sofrerem prejuízos incessantes, portanto, é

<sup>3</sup>[http://www.legislation.gov.hk/blis\\_ind.nsf/E1BF50C09A33D3DC482564840019D2F4/7908C360960614638825648900098867?OpenDocument](http://www.legislation.gov.hk/blis_ind.nsf/E1BF50C09A33D3DC482564840019D2F4/7908C360960614638825648900098867?OpenDocument)

<sup>4</sup>[http://www.legislation.gov.hk/blis\\_ind.nsf/E1BF50C09A33D3DC482564840019D2F4/456BCAEADD EEADDB482578DC000BD889?OpenDocument](http://www.legislation.gov.hk/blis_ind.nsf/E1BF50C09A33D3DC482564840019D2F4/456BCAEADD EEADDB482578DC000BD889?OpenDocument)

<sup>5</sup>[http://www.legislation.gov.hk/blis\\_ind.nsf/E1BF50C09A33D3DC482564840019D2F4/CF2DC70EAB6 C97C7C82564830029D317?OpenDocument](http://www.legislation.gov.hk/blis_ind.nsf/E1BF50C09A33D3DC482564840019D2F4/CF2DC70EAB6 C97C7C82564830029D317?OpenDocument)



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

premente o reforço da legislação para combater este problema.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O mecanismo conjunto criado pelo Governo da RAEM para o tratamento das infiltrações de água nos edifícios já funciona há alguns anos. Há que rever e aperfeiçoar, quanto antes, este mecanismo, e apresentar novas propostas para o efeito, e ainda avançar com uma auscultação pública, a fim de se criar legislação exclusiva para a matéria das infiltrações de água e ainda, através da forma de sanção administrativa, reforçar o combate ao problema, ajudando os residentes que sofrem com tudo isto. O Governo vai fazer isso?
2. Quanto à entrada nos apartamentos para efeitos de inspeção, vão tomar-se como referência as experiências eficazes das regiões vizinhas, com vista a melhorar os nossos procedimentos (por exemplo, quando estão reunidas as condições adequadas, os funcionários do Governo devem poder entrar nos apartamentos, mesmo que coercivamente, para efeitos de inspeção, a fim de se resolver o problema dos proprietários que se recusam a colaborar e que não permitem a entrada nos seus apartamentos para a recolha de provas)?
3. Quando há incómodos devido a infiltrações de água e as responsabilidades estão claramente identificadas mas, mesmo assim, a pessoa em causa não colabora nem revê a situação, vão tomar-se



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

como referência as experiências eficazes das regiões vizinhas (por exemplo, depois de confirmada a fonte da infiltração de água, aplica-se uma sanção administrativa ao responsável que se recusar a proceder às devidas reparações, aplicando-se multas por cada dia de atraso para reforçar os efeitos dissuasores, a fim de que o proprietário em causa assuma a responsabilidade de acabar com o problema rapidamente)?

17 de Março de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong.